



ESTADODOCEARÁ
GOVERNOMUNICIPALDEQUIXERAMOBIM
GABINETEDOPREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2025, DE 30 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico no âmbito do Município de Quixeramobim, denomina da ÁREA Q, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 1º. Fica instituída a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Quixeramobim, denominado ÁREA Q, que se regerá por esta Lei.

Art. 2º. A Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Quixeramobim – ÁREA Q – tem por objetivo a atração de empreendimentos que se integrem à cadeia produtiva local, de modo a promover o desenvolvimento econômico regional, ampliar a geração de emprego, renda, bem como elevar e valorizar o nível de qualidade da vida da população.

Art. 3º. A política de incentivo ao desenvolvimento econômico do Município de Quixeramobim – ÁREA Q – terá por finalidade estimular a implantação, expansão, diversificação, modernização, recuperação ou ampliação da capacidade real de empreendimentos industriais em uma ou mais linhas de produção, de empreendimentos comerciais, centros de distribuições, de prestação de serviços, agroindustriais, turísticos, de lazer, de entretenimento, de inovação científica e tecnológica, de promoção do meio ambiente, de educação nos níveis médio, técnico, tecnológico, superior, pós-graduação, de organizações da sociedade civil de interesse público, instituições qualificadas pelo município como organização social, empreendimentos na área de saúde ou quaisquer outras atividades de relevância para promoção social, educacional, da geração de tecnologia, inovação, de promoção do emprego e renda e qualidade de vida.

✓



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. O programa instituído nesta lei se propõe, ainda, a implantar o sistema de incubadora empresarial no município de Quixeramobim, para fins de fortalecer o empreendedorismo, difundir a cultura empresarial e impulsionar a geração de novos negócios, empregos e renda, fornecendo às empresas selecionadas idênticas condições de benefícios fiscais e não fiscais propostos na política de desenvolvimento econômico, nos termos da regulamentação específica.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º. Para fins desta Lei considera-se:

- I. CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO: terminais Intermodais que funcionem como centro de transbordo e/ou despacho aduaneiro de cargas, permitindo que estas sejam recebidas, armazenadas, inspecionadas, podendo ser desembaraçadas aduaneiramente, realizando operações de recebimento, armazenamento, inspeção, despacho aduaneiro, transporte e distribuição de cargas.
- II. EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL, PRESTADOR DE SERVIÇO OU LIGADO À AGROINDÚSTRIA: o complexo de bens e atividades, organizado sob a forma de empresa que tenha determinado escopo produtivo, mercantil ou de prestação de serviços e que seja de interesse econômico do Município, atendendo suas particularidades ambientais, sociais e de governança;
- III. AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO: a ampliação da área produtiva da empresa em, no mínimo, 20% (vinte por cento), devendo ser estabelecida formalmente, entre o Município e a empresa, mediante Protocolo de Intenções formal, comprometendo-se a empresa, com a ampliação de novas vagas de emprego diretos ou terceirizados;
- IV. EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO LAZER OU ENTRETENIMENTO: aqueles equipamentos que ofereçam lazer ou entretenimento para visitantes e comunidade, tais como, exemplificativamente, parques, museus temáticos, espaços especiais de lazer infantil, e empreendimentos que exploram o turismo ecológico;



ESTADODOCEARÁ
GOVERNOMUNICIPALDEQUIXERAMOBIM
GABINETEDOPREFEITO

V. EMPREENDIMENTOS QUE PRODUZAM ALTA TECNOLOGIA: são aqueles cujos processos industriais agregam alto valor aos insumos utilizados no processo produtivo, como necessidade de uma plataforma tecnológica mais específica e avançada, alto investimento em capital intelectual para pesquisa e desenvolvimento, de processos de transformação em maior quantidade e qualidade e sistemas logísticos que oferecem altos níveis de serviços.

VI. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO: empreendimento que proporciona a entrada de uma nova unidade produtiva;

VII. PROJETO DE DIVERSIFICAÇÃO: empreendimento que acrescenta novas linhas de produção ou incorpora uma nova atividade econômica discriminada na Classificação Nacional de Atividades Econômico - Fiscais (CNAE-Fiscal);

VIII. PROJETO DE MODERNIZAÇÃO: empreendimento que introduz novas tecnologias, novos métodos e meios de produção, modernizando parcial ou totalmente o processo produtivo de um empreendimento, em uma ou mais linhas de produção;

IX. PROJETO DE EXPANSÃO PRODUTIVA: empreendimento que amplia a capacidade real instalado empreendimento, em uma ou mais linhas de produção, resultando em incremento esperado de pelo menos 20% (vinte por cento) na produção média da empresa dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, mediante Protocolo de Intenções;

X. PROJETO DE RECUPERAÇÃO: empreendimento que realize novos investimentos capazes de restaurar sua viabilidade econômica, com a utilização da capacidade instalada, promovendo a geração de empregos.

Parágrafo primeiro. As empresas instaladas em território municipal que se encontrem paralisadas há pelo menos 12 (doze) meses, imediatamente anteriores à apresentação do pedido de concessão de incentivo, poderão ser beneficiadas, desde que, a critério da Administração, demonstrarem esforço de recuperação mediante a comprovação da realização de novos investimentos capazes de restaurar a viabilidade econômica do empreendimento, com utilização da capacidade instalada e a capacidade de geração de novos empregos.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Segundo. Por se tratar de rol exemplificativo, o conceito de entidades beneficiadas poderá ser ampliado pela administração municipal, que poderá definir, mediante os critérios objetivos desta Lei, outras atividades, além das citadas anteriormente, que poderão ser beneficiadas pela política instituída.

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE CONCESSÃO

Seção I

Dos Benefícios Fiscais

Art. 5º. O Poder Executivo é autorizado, nas condições e nos limites estabelecidos nesta Seção, a conceder benefícios fiscais como estímulo à implantação ou ampliação de estabelecimentos mencionados nesta Lei, nos seguintes termos:

- I. Isenção de até 100% (cem por cento) da Taxa de Licença para Execução de Obra;
- II. Isenção de até 100% (cem por cento) da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, bem como a renovação anual, por até 10 (dez) anos;
- III. Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU):
 - a) Até 20 (vinte) anos para empreendimentos na zona urbana;
 - b) Até 25 (vinte e cinco) anos para empreendimentos na zona rural.
- IV. Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Intervivos* (ITBI) incidente sobre a aquisição do imóvel para a instalação ou expansão do empreendimento, exceto se a empresa compradora possuir em seu objeto social ou desenvolver atividades relativa a compra e venda, a locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis;
- V. Redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte beneficiário do programa para o piso de até 2% (dois por cento);
- VI. Redução de até 100% (cem por cento) do valor destinado ao município pelo rateio do Valor Adicionado Fiscal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

VII. O diferimento do prazo de pagamento de tributo, não superior a 12 (doze) meses, sem multas, juros ou penalidades pecuniárias;

VIII. A redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, em até 80% (oitenta por cento), quando da nacionalização de serviços importados.

Parágrafo primeiro. O incentivo fiscal previsto nos incisos deste artigo é condicionado ao efetivo implemento das atividades a serem instaladas ou expandidas no prazo de até 3 (três) anos, prorrogáveis por até igual período.

Parágrafo segundo. O incentivo fiscal de que trata o inciso VIII, na hipótese de previsão legal de redução de base de cálculo, o ISSQN não poderá resultar em alíquota efetiva inferior a 2% (dois por cento).

Parágrafo terceiro. Ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei, a concessão dos incentivos previstos neste artigo será limitada ao prazo de 10 (dez) anos, com renovação anual nesse período, nos termos dessa lei, mantidas as condições estabelecidas no ato administrativo concessivo.

Parágrafo quarto. A manutenção dos benefícios concedidos fica condicionada ao implemento das condicionantes pactuadas com o ente beneficiado, podendo ser revogadas em caso de efetivo descumprimento, mediante ato administrativo devidamente fundamentado.

Parágrafo quinto. Quando as atividades econômicas a serem incentivadas que dependerem de licenciamento ambiental, este será de inteira responsabilidade do empreendedor, junto aos competentes órgãos ambientais.

Seção II

Dos Incentivos Econômicos e Estruturais

Art. 6º. No programa poderão ser concedidos, a critério da administração municipal, os seguintes incentivos econômicos:

I. Doação ou venda subsidiada de imóveis do patrimônio imobiliário municipal, de área com ou sem benfeitorias, permitida desapropriação ou permuta de imóveis para esta finalidade;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- II. Cessão temporária de imóveis em regime de cessão de uso não onerosa;
- III. Locação ou ressarcimento de aluguéis de imóveis;
- IV. Concessão do direito de uso, remunerada ou gratuita;
- V. Auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura do estabelecimento da empresa no qual seja desenvolvida as atividades incentivadas;
- VI. Execução de serviços de aterro, terraplanagem, transporte de terras e outros serviços correlatos, relativos a preparação do terreno.

Parágrafo primeiro. O incentivo previsto no inciso III do *caput* deste artigo é limitado ao prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo segundo. O incentivo econômico previsto no inciso V do *caput* deste artigo será limitado a 10.000 (dez mil) Unidade Fiscal de Referência do Município (UFIRM), por empresa.

Parágrafo terceiro. O incentivo econômico previsto no inciso VI do *caput* deste artigo será limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor do serviço a ser executado ou fornecimento de até 100 (cem) horas máquina pesada.

Parágrafo quarto. Os incentivos previstos art. 6º desta Lei poderão ser cumulativos e somente serão concedidos à pessoa jurídica regularmente constituída e condicionado a disponibilidade orçamentária do Município.

Parágrafo quinto. Nos casos de expansão das atividades de empresas já instaladas, os incentivos incidirão somente sobre o incremento econômico e social gerado pelo projeto apoiado.

Art. 7º. Os imóveis cedidos a título de cessão de uso não onerosa destinados à implementação ou ampliação de empreendimentos obedecerão aos seguintes critérios de concessão:

- I. Em cessão de uso não onerosa de imóveis urbanos ou rurais, durante o período compreendido entre a concessão do benefício e o início efetivo das atividades da empresa por 05 (dois) anos, com direito a renovação;
- II. Com o direito de superfície, por um período nunca inferior a 10 (dez) anos, de imóveis urbanos ou rurais, após o efetivo início das atividades da empresa;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

III. A cessão de uso não onerosa será revertida em doação definitiva do imóvel à empresa após o período de 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto de suas atividades.

IV. Do termo de cessão de uso não onerosa constará a obrigatoriedade da conversão em Direito de Superfície pelo Poder Executivo Municipal após o início efetivo de suas atividades.

V. Em todas as opções de doação incluídas nesta Lei, deverá constar cláusula prevendo a reversão do bem para o Município, uma vez desatendidas as condições da concessão.

Art. 8º. São ainda considerados benefícios concedidos pelo Município:

I. A divulgação das empresas e dos produtos fabricados no Município de Quixeramobim mediante os meios de comunicação disponíveis, próprios ou contratados;

II. A promoção de cursos de formação e especialização para a capacitação de mão-de-obra, diretamente ou mediante convênio ou contratação de empresa especializada;

III. Apoio na elaboração de estudos, pesquisas, planos ou análises de viabilidade, projetos de engenharia e na área econômico-financeira, por meio de recursos humanos diretos ou mediante ou contratação de empresa especializada;

Art. 9º. Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros órgãos a fim de prestar assistência aos segmentos econômicos contemplados por esta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 10. Para a obtenção dos incentivos previstos é necessário que a empresa pleiteante cumpra com o compromisso de empregabilidade e demais estipulados em pacto prévio, cujas quantidades e prazos serão definidos em decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo primeiro. Para cumprimento desses requisitos, pelo menos 70% (setenta por cento) dos empregados deverão ser residentes no Município, salvo comprovada carência de mão-de-obra que impossibilite o cumprimento dessa condição, comprovadas objetivamente pelo poder público.



ESTADODOCEARÁ
GOVERNOMUNICIPALDEQUIXERAMOBIM
GABINETEDOPREFEITO

Parágrafo Segundo. As informações devem ser comprovadas trimestralmente com cópias dos registros de empregados ou CAGED.

Parágrafo Terceiro. A empresa deverá manter seus empregados em regularidade com as normas trabalhistas, sociais e previdenciárias vigentes.

Parágrafo Quarto. Os benefícios sempre obedecerão aos critérios de proporcionalidade da geração de emprego, geração de tributos, grau de qualificação dos empregados, grau de inovação tecnológica empregada e aos padrões de sustentabilidade ambiental.

Parágrafo Quinto. A concessão dos incentivos previstos nesta lei está condicionada à comprovação de sua regularidade fiscal perante as fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal; no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e PIS/PASEP; Comprovação da Regularidade do Uso e Ocupação do Solo e cumprimento do Código de Posturas do Município de Quixeramobim, bem como o assentimento do licenciamento ambiental, na forma da legislação própria.

Art. 11. Os benefícios serão, imediata e automaticamente, revogados nas seguintes hipóteses:

- I. Pela cessação definitiva da atividade econômica, ou suspensão do funcionamento da empresa por período superior a 3 (três) meses;
- II. Se a integralidade das mercadorias produzidas pela empresa beneficiária não derem a devida saída fiscal pelo Município de Quixeramobim, para efeito de recolhimento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, inclusive quando destinados à exportação;
- III. Em caso de alteração do ramo de atividades, sublocação, arrendamento, cessão ou de qualquer outra forma de transferência a terceiros do imóvel e/ou das instalações, sem a prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.
- IV. Pela redução do número de empregados e/ou investimentos, descumprindo pactuação celebrada;
- V. Pela constatação, por qualquer autoridade fiscal do Município, ou qualquer outro órgão



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

governamental, da prática de atos com o intuito de fraudar a legislação fiscal ou outras situações similares, visando ao não recolhimento integral ou o recolhimento a menor de tributos ou contribuições de qualquer natureza.

Parágrafo único. A administração poderá, a seu critério, conceder prazo para regularização das situações apontadas, podendo ainda suspender previamente os benefícios concedidos até a sua regularização, sob pena de implemento definitivo da revogação.

CAPÍTULO V

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PEDIDO DE BENEFÍCIOS

Seção I

Do Procedimento de Requerimento de Benefícios da ÁREA Q

Art. 12. O procedimento de solicitação dos incentivos previstos nesta lei terá seu início como protocolo do pedido junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

Art. 13. O requerimento de solicitação de incentivos por meio do programa ÁREA Q deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I. Protocolo de Intenção e Compromisso, contendo o projeto detalhado do empreendimento, sendo indispensável constar:

- a) O objetivo do empreendimento;
- b) Justificativa que mostre os efeitos que devem resultar para a economia e desenvolvimento local;
- c) memorial contendo os seguintes elementos: valor inicial do investimento; área de terreno necessária à sua instalação; área de construção necessária à operacionalização; efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- d) projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação de danos que vierem a ser causados ao ambiente em face do empreendimento, podendo ser dispensável, caso não haja o efetivo impacto ambiental;
- e) estimativa de custos, incluídos salários e encargos, horas máquina e de mais encargos;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- f) a previsão do volume de recursos, próprios, de financiamentos e de incentivos a serem aplicados;
- g) cronograma demonstrando as etapas a serem cumpridas com os resultados decorrentes pretendidos;
- h) os prazos para o cumprimento das etapas;
- i) tratando-se de obra, a apresentação de seu cronograma físico-financeiro;
- j) o cronograma de instalação e operação dos equipamentos, prevendo o início da operação comercial;
- k) a previsão de quantitativo de empregos gerados, diretos e indiretos;
- l) a previsão de geração de receitas de tributos a serem arrecadados;
- m) outras especificações necessárias;

II. Cópia do ato constitutivo original e aditivos;

III. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;

IV. Cópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do último exercício e balancete do exercício em curso;

V. Comprovação do número de empregados, por meio de cópia da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) da empresa, quando aplicável;

VI. Cópia da declaração do Imposto de Renda do último exercício social, quando aplicável;

VII. Cópia dos alvarás das licenças de instalação e funcionamento, sanitário e ambiental, emitidos pelos órgãos competentes, quando aplicável;

VIII. Certidão de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial foro da sede da empresa;

IX. Comprovação da regularidade fiscal e social com as fazendas Federal, Estadual e Municipal.

X. Declaração de disponibilidade financeira para aplicação de sua parcela no investimento proposto.

Parágrafo primeiro. Em se tratando-se de instalação de empresas em constituição, serão dispensáveis os documentos constantes dos incisos IV, VII, VIII deste artigo.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo segundo. Na hipótese de a requerente tratar-se de filial de empresa estabelecida em outro município ou de empresa já instalada, os documentos a serem apresentados serão relativos à matriz.

Parágrafo terceiro. A administração pública municipal poderá solicitar informações ou documentos complementares que julgar indispensáveis para avaliação do empreendimento.

Art. 14. O pedido de benefício por empreendedor rural poderá ter suas exigências atenuadas, observado o porte do empreendimento e a sua capacidade ou possibilidade de fornecimento das informações e documentos descritos no artigo anterior, em contrapartida ao seu potencial benefício social, empregatício, de sustentabilidade ambiental e de geração de renda.

Seção II

Da Análise do Pedido de Benefício

Art. 15. O pedido de benefício para enquadramento na ÁREA Q deverá ser protocolado junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que avaliará:

- I. O equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento;
- II. A função social pela geração de empregos, considerando os números absolutos e sua relação com a dimensão do incentivo recebido com o volume de investimento previsto;
- III. A relação entre a área construída e a área total do terreno;
- IV. A previsão de faturamento mensal;
- V. A espécie de produto ou serviço final gerado, bem como o grau de tecnologia empregado no processo produtivo;
- VI. O alcance social do empreendimento;
- VII. O efeito multiplicador da atividade;
- VIII. A monta de aquisição de bens e serviços, contratação de mão de obra e emplacamento de veículos no Município;
- IX. A base tecnológica do empreendimento;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

X. O atendimento à preferência à contratação da mão-de-obra do Município de Quixeramobim empregando, direta ou indiretamente, pelo menos, 70% (setenta por cento) da mão-de-obra local residente no Município, desde o início das atividades;

XI. O atendimento a os critérios estipulados nessa Lei.

Parágrafo primeiro. Admitir-se-á a contratação em percentual inferior ao previsto no Inciso X se demonstrado mediante declaração de órgãos responsáveis de que, quando da contratação, não existia disponibilidade de mão-de-obra local e de que foram efetivadas medidas de convocação em meios locais de divulgação de chamada ao preenchimento de vagas.

Parágrafo segundo. A Secretaria do Desenvolvimento Econômico poderá determinar a correção de dados, imprecisões, retificações ou acertos do projeto junto à empresa, até o integral cumprimento das condicionantes, sob pena de arquivamento do pedido.

Art. 16. Após análise prévia de viabilidade de concessão dos benefícios pretendidos pela pleiteante, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico deverá oficialar os seguintes órgãos da administração municipal, para que certifiquem:

I. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, para que avalie e certifique se o projeto apresentado está em consonância ao Plano Diretor, Código de Obras e Posturas, Zoneamento e Ordenação Urbana, Uso do Solo e demais verificações na seara de sua competência legal.

II. A Autarquia de Meio Ambiente de Quixeramobim, para que avalie e certifique o impacto causado ao meio ambiente em decorrência de implantação do projeto pretendido, as possibilidades de tratamento de resíduos gerados pelo projeto, bem como se as medidas aludidas no requerimento cumprem os objetivos de desenvolvimento sustentável municipal;

III. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim, para que avalie e certifique a possibilidade de atendimento do fornecimento de água captação de esgoto;

IV. A Secretaria Municipal de Administração, para que avalie:

- a) A previsão de arrecadação de tributos municipais;
- b) O valor adicionado fiscal;
- c) O impacto na arrecadação do Município;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

d) A previsão de valor da desoneração, em caso de concessão de benefícios fiscais

V. A Procuradoria-Geral do Município, para que avalie a possibilidade legal de concessão dos benefícios fiscais pleiteados.

Parágrafo único. A participação de outros órgãos da administração municipal poderá ser requisitada, a depender da espécie de empreendimento que se pleiteia instalação.

Art. 17. Após avaliação dos órgãos responsáveis, se deliberará e decidirá sobre as demandas de incentivos fiscais, priorizando o impacto das atividades do requerente no desenvolvimento econômico e social e no incremento da arrecadação tributária do Município, sendo produzido Relatório Final subscrito pelos gestores dos órgãos envolvidos, que será apresentado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deverá aprovar ou não o empreendimento e a concessão dos benefícios, mediante Decreto concessivo.

Art. 18. A formalização dos benefícios, tratando-se de isenções ou reduções da base de cálculo de tributos municipais citados nessa Lei se dará através de em Contrato de Concessão de Regime Especial de Tributação e, se tratando de benefício de ordem econômico através de um Contrato de Concessão de Incentivo Econômico, havendo combinação de incentivo tributário e econômico, será intitulado Contrato de Concessão de Benefícios Tributários e Econômicos, subscrito pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. No contrato firmado, independente de sua modalidade, deverão constar as cláusulas de concessão, as condicionantes, obrigações, metas, prazos e hipóteses de revogação previstas nessa Lei.

Seção III

Dos Prazos e Requisitos de Manutenção dos Benefícios

Art. 19. Os incentivos previstos no art. 5º desta lei terão seus limites a duração de terminada no decreto concessivo observando os seguintes limites o prazo máximo previsto nesta lei:

- I. Por até 02 (dois) anos, se contar com mais de 10 (dez) e até 19 (dezenove) empregados;
- II. Por até 03 (três) anos, se contar com mais de 20 (vinte) e até 39 (trinta e nove) empregados;
- III. Por até 05 (cinco) anos, se contar com mais de 40 (quarenta) e até 69 (sessenta e nove) empregados;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

empregados;

IV. Por até 06 (seis) anos, se contar com mais de 70 (setenta) e até 99 (noventa e nove) empregados;

V. Por até 07 (sete) anos, se contar com mais de 100 (cem) até 1000 (um mil) empregados.

Parágrafo primeiro. As condições impostas nos incisos I a V poderão ser mitigadas por justificado motivo, analisado pela administração municipal, observados os demais prazos de duração de incentivos desta Lei.

Parágrafo segundo. Os prazos legais de concessão dos benefícios poderão ser prorrogados por ato do Executivo, mediante requerimento e cumpridos os demais requisitos estabelecidos nesta Lei, ressalvados os determinados no inciso III do art. 5º.

Art. 20. Os incentivos constantes no art. 6º serão concedidos mediante a observância dos seguintes requisitos e obrigações:

I. No caso de doação ou venda subsidiada de área sem benfeitorias a empresa terá as seguintes obrigações:

- a) Prazo máximo de 06 (seis) meses da data da aprovação da Lei para apresentação do projeto de construção devidamente aprovado pelo Município;
- b) Prazo máximo de 2 (dois) anos da data da aprovação para dar início à construção;
- c) Prazo máximo de 04 (quatro) anos da data da aprovação para iniciar suas atividades no local;
- d) prazo máximo de 02 (dois) meses para apresentar cópia da certidão do registro da escritura junto ao Cartório;
- e) comunicação formal à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do início das atividades;
- f) permanência contínua e manutenção ininterrupta das atividades no Município por 10 (dez) anos contados da data do início das atividades.

II. No caso de doação ou venda subsidiada de área com benfeitorias, a empresa terá as seguintes obrigações:

- a) Prazo máximo de 06 (seis) meses da data da aprovação para iniciar suas atividades no local;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- b) prazo máximo de 02 (dois) meses para apresentar cópia da certidão do registro da escritura junto ao Cartório;**
- c) comunicação formal à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do início das atividades;**
- d) permanência contínua e manutenção ininterrupta das atividades no Município por 10 (dez) anos contados da data do início das atividades.**

III. No caso de o Município assumir a locação de imóvel, os incentivos ficam condicionados:

- a) a um prazo máximo de concessão de 02 (dois) anos, sendo permitido à empresa, ao fim do contrato, requerer novo incentivo;**
- b) à comunicação, pela empresa, à administração municipal da necessidade de locação de outro imóvel em substituição ao anteriormente locado, bem como à apresentação do novo contrato de locação;**
- c) permanecerem atividade no Município pelo dobro do período de concessão do incentivo.**

IV. Na venda subsidiada, de área com ou sem benfeitorias, fica estabelecido como pagamento por parte da empresa, o mínimo de 30% (trinta por cento) do valor da avaliação do imóvel, sendo o restante do valor considerado como incentivo industrial.

V. No caso de o Município conceder auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura da sede da empresa, a liberação do incentivo ficará condicionada à apresentação e atendimento dos seguintes requisitos:

- a) Relatório sobre a situação do local antes da concessão do incentivo, precedido de vistoria;**
- b) Prestação de contas pela empresa, com documentos hábeis, dos materiais adquiridos e serviços contratados no prazo estipulado em Contrato Administrativo, parte integrante da Lei Específica, sob pena de devolução da integralidade do recurso recebido;**
- c) Relatório sobre a situação do local após a concessão do incentivo, precedido de vistoria, sob pena de devolução da integralidade do recurso recebido em caso de a empresa não realizar o projeto apresentado na Carta de Intenções.**



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo primeiro. No caso de locação de imóveis, a realização da troca de imóvel pela empresa, sem a devida comunicação à administração municipal, acarretará no cancelamento do incentivo, bem como na notificação para devolução das parcelas anteriormente recebidas.

Parágrafo segundo. Em caso de doação de imóvel, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador, mediante anuência pelo Poder Executivo.

Parágrafo terceiro. No caso do parágrafo anterior, em caso de constituição de hipoteca em 2º grau em favor do Município, em que o valor do imóvel e seus acessórios não forem suficientes para garantir as hipotecas, poderá o Município aceitar imóveis de propriedade dos diretores da empresa ou de terceiros para garantia da diferença.

Parágrafo quarto. Quando da doação de imóvel, o não cumprimento das obrigações ensejará anulabilidade da doação com a consequente reversão do imóvel ao patrimônio público municipal.

Parágrafo quinto. A efetivação da doação autorizada por essa lei fica condicionada a assinatura do respectivo Contrato de Doação de Imóvel.

Parágrafo sexto. A donatária deverá providenciar a averbação do Contrato de Doação de Imóvel na matrícula do imóvel ora doado, no prazo estabelecido.

Parágrafo sétimo. Em caso de reversão, nas hipóteses do § 4º desta lei, o Município deverá assegurar a donatária no Processo Administrativo de Reversão o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5º LIV e LV da Constituição Federal.

Parágrafo oitavo. A decisão final do Processo Administrativo de Reversão, transitada em julgado no âmbito da administração pública municipal, será levado a registro no respectivo cartório de imóveis, para fins de efetivação da reintegração do imóvel ao patrimônio público por não cumprimento das cláusulas legais de doação pelo donatário;

Parágrafo novo. Findo o prazo carencial desta Lei, o Chefe do Poder Executivo, após parecer fundamentado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, atestando o cumprimento das obrigações assumidas pelo donatário, emitirá termo de autorização de alienação.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo dez. Nos termos da Lei Orgânica do Município a doação será precedida de autorização legislativa, de decreto e do Contrato de Doação de Imóvel.

Seção IV

Das Obrigações dos Beneficiários de Incentivos

Art. 21. São deveres do beneficiário de Incentivos fiscais previstos nesta lei:

- I. Facilitar o acesso às dependências dos estabelecimentos, objeto do benefício, de servidores do Município devidamente credenciados pela Administração Municipal, para o fim de fiscalizar o cumprimento das obrigações para com o Município;
- II. Prestar e orientar eventuais responsáveis por livros, papéis e documentos para que prestem aos agentes municipais, as informações que lhes forem solicitadas, assim como, a entrega de documentos originais ou cópia deles, mediante recibo, na forma que for solicitada ou requisitada.

Art. 22. É dever de terceiras pessoas que tenham vínculo direto ou indireto com a empresa beneficiária, tais como procuradores e contadores, prestar as informações necessárias e entregar ou fornecer cópias dos documentos solicitados por agentes municipais, na forma que for solicitada ou requisitada.

Seção V

Das Penalidades

Art. 23. No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa que recebeu benefício fiscal previsto na presente lei, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I. Advertência escrita, concedendo-se prazo para a regularização da irregularidade;
- II. Multa pecuniária;
- III. Suspensão do benefício;
- IV. Cancelamento do benefício;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

V. Devolução dos valores recebidos de forma direta ou indireta, atualizados monetariamente pelo índice praticado pelo Município para atualização de seus créditos tributários e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês;

VI. Pagamento de todos os tributos objeto do benefício cancelado, atualizados monetariamente pelo índice praticado pelo Município para atualização de seus créditos tributários e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 24. A pena de advertência será dada por escrito, nos casos de irregularidade sanável, mediante notificação do beneficiário, assinando-se prazo para regularização.

Art. 25. A pena de multa pecuniária será aplicada quando a infração causar prejuízo ao patrimônio municipal, e será correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do tributo que deixou de ser recolhido, sem prejuízo da exigência do pagamento integral do tributo devidamente corrigido.

Parágrafo único. A aplicação da pena de multa não afasta a obrigação de indenização do prejuízo causado.

Art. 26. A pena de suspensão do benefício será aplicada nos seguintes casos, e perdurará enquanto não sanada a irregularidade:

- I. Se o beneficiário deixar de cumprir condição para a concessão do benefício, permanecendo a suspensão enquanto não sanada a irregularidade;
- II. Se o beneficiário, ou terceira pessoa a ele vinculada, causar embaraço à ação fiscalizadora do Município, mediante impedimento ou causando dificuldade para a entrada de agentes municipais, para a realização de atividades de fiscalização e vistoria;
- III. Se o beneficiário, ou terceira pessoa a ele vinculada, causar embaraço à ação fiscalizadora do Município, em face da não apresentação de livros, documentos e papéis solicitados ou requisitados pelos mesmos.

Art. 27. Será punível com a perda do benefício o beneficiário que, a qualquer tempo antes de decorrido o termo final do prazo de concessão do benefício, reincidir em:

- I. Inobservância do cronograma de obras sem justo motivo;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- II. Paralisar, por mais de 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;
- III. Reduzir a oferta de empregos em 20% (vinte por cento) dos empregos gerados ou programados, quando da apresentação do pleito inicial, sem motivo justificado;
- IV. Violar, fraudulentamente, as obrigações tributárias, sejam federais, estaduais ou municipais;
- V. Deixar de atender as solicitações do fisco Municipal previstas em lei ou regulamento;
- VI. Deixar de cumprir as obrigações tributárias municipais, principais ou acessórias, seja como prestador ou tomador de serviços;
- VII. Cometer infração relativa a sonegação de tributos municipais, estaduais ou federais, no caso de mantida a decisão após impugnação administrativa, salvo se houver decisão judicial em contrário;
- VIII. Alterar o projeto original sem a aprovação do Município.

Parágrafo único. No caso de perda do benefício, serão restabelecidos os valores tributários com lançamento de ofício e cobrança dos acréscimos legais cabíveis.

CAPÍTULO VI

DA FIXAÇÃO E AVALIAÇÃO DE METAS

Art. 28. Os incentivos concedidos por esta Lei deverão levar em consideração a função social e econômica da empresa, mediante estabelecimento de metas a serem cumpridas, bem como as condições para concessão já expostas no Capítulo V da presente Lei.

Art. 29. No que se refere à função social, serão consideradas metas:

- I. A geração de empregos e renda;
- II. A realização de outras ações e/ou obras que acarretem benefícios sociais à comunidade;
- III. A Manutenção de equipamentos públicos, como praças, areninhas, quadras e demais logradouros públicos.

Art. 30. No que se refere à função econômica, serão consideradas metas:



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- I. O seu potencial de faturamento;
- II. O valor adicionado fiscal potencialmente produzido;
- III. A capacidade contributiva tributária da empresa.

Art. 31. As metas serão propostas através de Comprometimento de Metas dentre as especificadas nesta Lei, podendo elas serem reformuladas de acordo com o incentivo aprovado, mediante anuência da empresa beneficiada.

Art. 32. O não cumprimento das metas obrigará a empresa na devolução proporcional do incentivo recebido do Município, mediante notificação desta, com a inscrição em dívida ativa em caso de inadimplência.

Art. 33. A avaliação do cumprimento das dos incentivos será realizada anualmente para empresas que receberem incentivos em período superior a 01 (um) ano, e ao fim do prazo da concessão para aqueles que receberem por período inferior.

Parágrafo único. Quando o prazo for superior a 01 (um) ano, a continuidade do incentivo ficará vinculada ao cumprimento das metas.

Art. 34. A avaliação do cumprimento de metas caberá ao Comitê de Avaliação Econômica formado pelos subscritores do Relatório Final que supedaneou o ato concessivo do benefício, que promoverá a realização de Relatório Anual de Acompanhamento de Metas, informando ao Prefeito Municipal do acompanhamento do Contrato de Concessão de Benefícios subscrito.

Art. 35. A avaliação dos incentivos terá início:

- I. Para o caso de doação ou venda subsidiada de área com ou sem benfeitorias, a partir do mês de início das atividades, devidamente comunicado ao Município;
- II. Para o caso de locação de imóveis ou ressarcimento de aluguéis de imóveis, a partir do mês de competência do primeiro aluguel recebido;
- III. Para o caso de incentivos fiscais e auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura da sede da empresa, a partir da data estipulada no Contrato Administrativo parte integrante da Lei Específica.



ESTADODOCEARÁ
GOVERNOMUNICIPALDEQUIXERAMOBIM
GABINETEDOPREFEITO

Art. 36. A avaliação das metas será realizada mediante análise da prestação de contas a serem apresentadas anualmente pela beneficiária.

Parágrafo único. A empresa que não cumprir as metas ou não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido poderá perder os benefícios ou a devolução do incentivo recebido, conforme deliberação do Comitê de Avaliação Econômica.

Art. 37. As empresas que receberem benefícios fiscais objeto da presente Lei deverão manter-se em situação regular desde a aprovação do projeto até a finalização do prazo dos benefícios auferidos, devendo manterem-se regulares quanto ao recolhimento, na formada legislação vigente, dos encargos previdenciários e trabalhistas e dos tributos municipais, estaduais e federais, referentes à sua atividade no Município, mesmo que a empresa tenha sede em outro Município.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. A alteração de valor, bem como as condições do incentivo antes do término do prazo de vigência do contrato, deverá ser aprovada pelo Comitê de Avaliação Econômica e submetido ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá a decisão final.

Art. 39. Os incentivos concedidos até a data da publicação desta Lei terão parecer da Secretaria de Desenvolvimento Econômico quanto à avaliação das metas propostas, o qual se manifestará quanto ao ressarcimento dos recursos recebidos nos casos de não atingimento das metas, para posterior encaminhamento ao Executivo para apreciação.

Art. 40. Os incentivos concedidos por força de legislação anterior continuam sendo regulados pelos respectivos Termos de Compromisso e Contratos até o término de sua vigência.

Art. 41. As empresas beneficiadas com incentivos devem afixar, na frente de seus imóveis ou local de fácil visualização, placas indicativas do incentivo recebido, durante o benefício, cujo modelo será definido por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. As empresas que já estejam beneficiadas com incentivos fiscais decorrentes de Leis Municipais continuará em vigor até o final da data do incentivo, conforme decreto.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 43. A empresa beneficiária desta Lei, quando da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) resultarem recolhimento no período apurado, fica obrigada, sob pena de revogação do incentivo concedido através do programa, a aplicar, em projetos validados e cadastrados na Receita Federal do Brasil, no território do Município de Quixeramobim, os percentuais discriminados nos itens abaixo, respeitados os limites previstos na legislação federal para a cumulação das deduções possíveis:

- I. 4% (quatro por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), para projeto proposto por entidade, empresa ou pessoa física do Município de Quixeramobim, e aprovado pela Secretaria da Cultura do Ministério da Cidadania;
- II. 2% (dois por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e valores diferidos para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para projeto, de entidade do Município de Quixeramobim aprovada pela Secretaria Especial de Esporte, do Ministério da Cidadania;
- III. 1% (um por cento) do IRPJ ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Quixeramobim, na forma da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das outras providências, para projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Quixeramobim;
- IV. 1% (um por cento) do IRPJ ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, na forma da Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Quixeramobim;
- V. 1% (um por cento) do IRPJ na forma da Lei Federal nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), para projeto de entidade do Município de Quixeramobim aprovado pelo Ministério da Saúde;
- VI. 1% (um por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) para projetos de entidade do Município de Quixeramobim aprovada pelo Ministério da Saúde.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 44. Ficam mantidos, nos prazos estabelecidos, os incentivos concedidos até a data da em vigor dessa lei.

Art. 45. O processo de renovação dos incentivos fiscais ficará submetido ao novo regime jurídico, sendo possível inclusive o estabelecimento de metas.

Art. 46. O termo de autorização de alienação decorrente de incentivo econômico de doação realizado no regime jurídico anterior a essa lei, só será emitido após parecer fundamentado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, atestando o cumprimento da respectiva lei de doação, e aprovado pelo Comitê de Avaliação Econômica.

Art. 47. As metas definidas e aprovadas por ocasião da concessão dos benefícios previstos nesta lei poderão ser redefinidas ou ter o seu atendimento relativizado na hipótese de estado de calamidade ou de crise econômica nacional com decréscimo nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Art. 48. Em face da imprescritibilidade da reversão de doação de bem público, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, o Município, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, deverá promover a revisão de todas as doações realizadas antes da publicação desta lei e emitir parecer atestando o cumprimento ou não da função social que fundamentou a doação do bem público ao particular donatário.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento da função social que fundamentou a doação do bem público ao particular donatário, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico deverá encaminhar ao parecer da Procuradoria-Geral do Município para fins de instauração do respectivo Processo Administrativo de reversão, a ser conduzido na forma legal.

Art. 49. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 2.168, de 08 de dezembro de 2006.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, 30 de julho de 2025.

CIRILO ANTÔNIO PIMENTA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM N° 043/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei Complementar nº 122/2025, de 30 de julho de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de julho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei Complementar nº 122/2025, de 30 julho de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 043/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 30 de julho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 19, DE 27 DE MAIO DE 2025.

Ao

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim

Vereador IGOR COSTA MARTINS

Nesta

Exmo. Presidente,

Com os cumprimentos de estilo, pela presente estamos submetendo à apreciação de Vossa Excelência e dos respeitáveis membros dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que institui, no Município de Quixeramobim, a política de incentivo ao desenvolvimento econômico e concessão de incentivos fiscais, denominada ÁREA Q, na forma que indica.

A política de incentivo ao desenvolvimento econômico e concessão de incentivos fiscais consiste em um programa que tem por escopo possibilitar um ambiente atrativo e favorável economicamente à instalação e manutenção de empresas no município, possibilitando o crescimento econômico e a geração de emprego e renda à população.

Essa medida ainda se torna propícia pela proximidade das instalações da Ferrovia Transnordestina, do Porto Seco e de outros empreendimentos que deverão ser atraídos por esses equipamentos, fazendo de Quixeramobim um importante *hub* logístico no contexto estadual.

Assim, na certeza da pronta acolhida à presente proposição, solicitamos a Vossa Excelência submeter a matéria proposta à competente análise dos respeitáveis membros dessa Câmara Municipal, para apreciação em caráter de urgência simples, pela relevância de seu conteúdo.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

PAÇO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE QUIXERAMOBIM, em 27 de maio de 2025.

Respeitosamente,

Assinado de forma
digital por CIRILO
ANTONIO PIMENTA
LIMA:05950546334

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal de Quixeramobim

Recb. do en
17/07/25
m



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006, DE 27 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico no âmbito do Município de Quixeramobim, denominada ÁREA Q, e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 1º. Fica instituída a Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Quixeramobim, denominado ÁREA Q, que se regerá por esta Lei.

Art. 2º. A Política de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Quixeramobim – ÁREA Q – tem por objetivo a atração de empreendimentos que se integrem à cadeia produtiva local, de modo a promover o desenvolvimento econômico regional, ampliar a geração de emprego, renda, bem como elevar e valorizar o nível de qualidade da vida da população.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. A política de incentivo ao desenvolvimento econômico do Município de Quixeramobim – ÁREA Q – terá por finalidade estimular a implantação, expansão, diversificação, modernização, recuperação ou ampliação da capacidade real de empreendimentos industriais em uma ou mais linhas de produção, de empreendimentos comerciais, centros de distribuições, de prestação de serviços, agroindustriais, turísticos, de lazer, de entretenimento, de inovação científica e tecnológica, de promoção do meio ambiente, de educação nos níveis médio, técnico, tecnológico, superior, pós-graduação, de organizações da sociedade civil de interesse público, instituições qualificadas pelo município como organização social, empreendimentos na área de saúde ou quaisquer outras atividades de relevância para promoção social, educacional, da geração de tecnologia, inovação, de promoção do emprego e renda e qualidade de vida.

Parágrafo único. O programa instituído nesta lei se propõe, ainda, a implantar o sistema de incubadora empresarial no município de Quixeramobim, para fins de fortalecer o empreendedorismo, difundir a cultura empresarial e impulsionar a geração de novos negócios, empregos e renda, fornecendo às empresas selecionadas idênticas condições de benefícios fiscais e não fiscais propostos na política de desenvolvimento econômico, nos termos da regulamentação específica.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º. Para fins desta Lei considera-se:

- I. CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO: terminais intermodais que funcionem como centro de transbordo e/ou despacho aduaneiro de cargas, permitindo que estas sejam recebidas, armazenadas, inspecionadas, podendo ser desembaraçadas aduaneiramente, realizando operações de recebimento, armazenamento, inspeção, despacho aduaneiro, transporte e distribuição de cargas.
- II. EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL, PRESTADOR DE SERVIÇO OU LIGADO À AGROINDÚSTRIA: o complexo de bens e atividades, organizado sob a forma de empresa que tenha determinado escopo produtivo, mercantil ou de prestação de serviços e que seja de interesse econômico do Município, atendendo suas particularidades ambientais, sociais e de governança;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

III. AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO: a ampliação da área produtiva da empresa em, no mínimo, 20% (vinte por cento), devendo ser estabelecida formalmente, entre o Município e a empresa, mediante Protocolo de Intenções formal, comprometendo-se a empresa, com a ampliação de novas vagas de emprego diretos ou terceirizados;

IV. EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO LAZER OU ENTRETENIMENTO: aqueles equipamentos que ofereçam lazer ou entretenimento para visitantes e comunidade, tais como, exemplificativamente, parques, museus temáticos, espaços especiais de lazer infantil, e empreendimentos que exploram o turismo ecológico;

V. EMPREENDIMENTOS QUE PRODUZAM ALTA TECNOLOGIA: são aqueles cujos processos industriais agregam alto valor aos insumos utilizados no processo produtivo, como necessidade de uma plataforma tecnológica mais específica e avançada, alto investimento em capital intelectual para pesquisa e desenvolvimento, de processos de transformação em maior quantidade e qualidade e sistemas logísticos que oferecem altos níveis de serviços.

VI. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO: empreendimento que proporciona a entrada de uma nova unidade produtiva;

VII. PROJETO DE DIVERSIFICAÇÃO: empreendimento que acrescenta novas linhas de produção ou incorpora uma nova atividade econômica discriminada na Classificação Nacional de Atividades Econômico - Fiscais (CNAE-Fiscal);

VIII. PROJETO DE MODERNIZAÇÃO: empreendimento que introduz novas tecnologias, novos métodos e meios de produção, modernizando parcial ou totalmente o processo produtivo de um empreendimento, em uma ou mais linhas de produção;

IX. PROJETO DE EXPANSÃO PRODUTIVA: empreendimento que amplia a capacidade real instalada do empreendimento, em uma ou mais linhas de produção, resultando em incremento esperado de pelo menos 20% (vinte por cento) na produção média da empresa dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, mediante Protocolo de Intenções;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

X. PROJETO DE RECUPERAÇÃO: empreendimento que realize novos investimentos capazes de restaurar sua viabilidade econômica, com a utilização da capacidade instalada, promovendo a geração de empregos.

Parágrafo primeiro. As empresas instaladas em território municipal que se encontrem paralisadas há pelo menos 12 (doze) meses, imediatamente anteriores à apresentação do pedido de concessão de incentivo, poderão ser beneficiadas, desde que, a critério da Administração, demonstrarem esforço de recuperação mediante a comprovação da realização de novos investimentos capazes de restaurar a viabilidade econômica do empreendimento, com utilização da capacidade instalada e a capacidade de geração de novos empregos.

Parágrafo Segundo. Por se tratar de rol exemplificativo, o conceito de entidades beneficiadas poderá ser ampliado pela administração municipal, que poderá definir, mediante os critérios objetivos desta Lei, outras atividades, além das citadas anteriormente, que poderão ser beneficiadas pela política instituída.

CAPÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE CONCESSÃO

Seção I

Dos Benefícios Fiscais

Art. 5º. O Poder Executivo é autorizado, nas condições e nos limites estabelecidos nesta Seção, a conceder benefícios fiscais como estímulo à implantação ou ampliação de estabelecimentos mencionados nesta Lei, nos seguintes termos:

- I. Isenção de até 100% (cem por cento) da Taxa de Licença para Execução de Obra;
- II. Isenção de até 100% (cem por cento) da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, bem como a renovação anual, por até 10 (dez) anos;
- III. Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU):
 - a) Até 20 (vinte) anos para empreendimentos na zona urbana;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

b) Até 25 (vinte cinco) anos para empreendimentos na zona rural.

IV. Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Intervivos* (ITBI) incidente sobre a aquisição do imóvel para a instalação ou expansão do empreendimento, exceto se a empresa compradora possuir em seu objeto social ou desenvolver atividades relativa a compra e venda, a locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis;

V. Redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte beneficiário do programa para o piso de até 2% (dois por cento);

VI. Redução de até 100% (cem por cento) do valor destinado ao município pelo rateio do Valor Adicionado Fiscal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;

VII. O diferimento do prazo de pagamento de tributo, não superior a 12 (doze) meses, sem multas, juros ou penalidades pecuniárias;

VIII. A redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, em até 80% (oitenta por cento), quando da nacionalização de serviços importados.

Parágrafo primeiro. O incentivo fiscal previsto nos incisos deste artigo é condicionado ao efetivo implemento das atividades a serem instaladas ou expandidas no prazo de até 3 (três) anos, prorrogáveis por até igual período.

Parágrafo segundo. O incentivo fiscal de que trata o inciso VIII, na hipótese de previsão legal de redução de base de cálculo, o ISSQN não poderá resultar em alíquota efetiva inferior a 2% (dois por cento).

Parágrafo terceiro. Ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei, a concessão dos incentivos previstos neste artigo será limitada ao prazo de 10 (dez) anos, com renovação anual nesse período, nos termos dessa lei, mantidas as condições estabelecidas no ato administrativo concessivo.

Parágrafo quarto. A manutenção dos benefícios concedidos fica condicionada ao implemento das condicionantes pactuadas com o ente beneficiado, podendo ser revogadas em caso de efetivo descumprimento, mediante ato administrativo devidamente fundamentado.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo quinto. Quando as atividades econômicas a serem incentivadas que dependerem de licenciamento ambiental, este será de inteira responsabilidade do empreendedor, junto aos competentes órgãos ambientais.

Seção II

Dos Incentivos Econômicos e Estruturais

Art. 6º. No programa poderão ser concedidos, a critério da administração municipal, os seguintes incentivos econômicos:

- I. Doação ou venda subsidiada de imóveis do patrimônio imobiliário municipal, de área com ou sem benfeitorias, permitida desapropriação ou permuta de imóveis para esta finalidade;
- II. Cessão temporária de imóveis em regime de cessão de uso não onerosa;
- III. Locação ou ressarcimento de aluguéis de imóveis;
- IV. Concessão do direito real de uso, remunerada ou gratuita;
- V. Auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura do estabelecimento da empresa no qual seja desenvolvida as atividades incentivadas;
- VI. Execução de serviços de aterro, terraplanagem, transporte de terras e outros serviços correlatos, relativos a preparação do terreno.

Parágrafo primeiro. O incentivo previsto no inciso III do *caput* deste artigo é limitado ao prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo segundo. O incentivo econômico previsto no inciso V do *caput* deste artigo será limitado a 10.000 (dez mil) Unidade Fiscal de Referência do Município (UFIRM), por empresa.

Parágrafo terceiro. O incentivo econômico previsto no inciso VI do *caput* deste artigo será limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor do serviço a ser executado ou fornecimento de até 100 (cem) horas máquina pesada.

Parágrafo quarto. Os incentivos previstos art. 6º desta Lei poderão ser cumulativos e somente serão concedidos à pessoa jurídica regularmente constituída e condicionado a disponibilidade orçamentária do Município.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
CABINETE DO PREFEITO

Parágrafo quinto. Nos casos de expansão das atividades de empresas já instaladas, os incentivos incidirão somente sobre o incremento econômico e social gerado pelo projeto apoiado.

Art. 7º. Os imóveis cedidos a título de cessão de uso não onerosa destinados à implementação ou ampliação de empreendimentos obedecerão aos seguintes critérios de concessão:

- I. Em cessão de uso não onerosa de imóveis urbanos ou rurais, durante o período compreendido entre a concessão do benefício e o início efetivo das atividades da empresa por 05 (dois) anos, com direito a renovação;
- II. Com o direito de superfície, por um período nunca inferior a 10 (dez) anos, de imóveis urbanos ou rurais, após o efetivo início das atividades da empresa;
- III. A cessão de uso não onerosa será revertida em doação definitiva do imóvel à empresa após o período de 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto de suas atividades.
- IV. Do termo de cessão de uso não onerosa constará a obrigatoriedade da conversão em Direito de Superfície pelo Poder Executivo Municipal após o início efetivo de suas atividades.
- V. Em todas as opções de doação incluídas nesta Lei, deverá constar cláusula prevendo a reversão do bem para o Município, uma vez desatendidas as condições da concessão.

Art. 8º São ainda considerados benefícios concedidos pelo Município:

- I. A divulgação das empresas e dos produtos fabricados no Município de Quixeramobim mediante os meios de comunicação disponíveis, próprios ou contratados;
- II. A promoção de cursos de formação e especialização para a capacitação de mão-de-obra, diretamente ou mediante convênio ou contratação de empresa especializada;
- III. Apoio na elaboração de estudos, pesquisas, planos ou análises de viabilidade, projetos de engenharia e na área econômico-financeira, por meio de recursos humanos diretos ou mediante ou contratação de empresa especializada;

Art. 9º. Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros órgãos a fim de prestar assistência aos segmentos econômicos contemplados por esta Lei.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 10. Para a obtenção dos incentivos previstos é necessário que a empresa pleiteante cumpra com o compromisso de empregabilidade e demais estipulados em pacto prévio, cujas quantidades e prazos serão definidos em decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo primeiro. Para cumprimento desses requisitos, pelo menos 70% (setenta por cento) dos empregados deverão ser residentes no Município, salvo comprovada carência de mão-de-obra que impossibilite o cumprimento dessa condição, comprovadas objetivamente pelo poder público.

Parágrafo Segundo. As informações devem ser comprovadas trimestralmente com cópias dos registros de empregados ou CAGED.

Parágrafo terceiro. A empresa deverá manter seus empregados em regularidade com as normas trabalhistas, sociais e previdenciárias vigentes.

Parágrafo quarto. Os benefícios sempre obedecerão aos critérios de proporcionalidade da geração de emprego, geração de tributos, grau de qualificação dos empregados, grau de inovação tecnológica empregada e aos padrões de sustentabilidade ambiental.

Parágrafo quinto. A concessão dos incentivos previstos nesta lei está condicionada à comprovação de sua regularidade fiscal perante as fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal; no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e PIS/PASEP; Comprovação da Regularidade do Uso e Ocupação do Solo e cumprimento do Código de Posturas do Município de Quixeramobim, bem como o assentimento do licenciamento ambiental, na forma da legislação própria.

Art. 11. Os benefícios serão, imediata e automaticamente, revogados nas seguintes hipóteses:

- I. Pela cessação definitiva da atividade econômica, ou suspensão do funcionamento da empresa por período superior a 3 (três) meses;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- II. Se a integralidade das mercadorias produzidas pela empresa beneficiária não derem a devida saída fiscal pelo Município de Quixeramobim, para efeito de recolhimento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, inclusive quando destinados à exportação;
- III. Em caso de alteração do ramo de atividades, sublocação, arrendamento, cessão ou de qualquer outra forma de transferência a terceiros do imóvel e/ou das instalações, sem a prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal.
- IV. Pela redução do número de empregados e/ou investimentos, descumprindo pactuação celebrada;
- V. Pela constatação, por qualquer autoridade fiscal do Município, ou qualquer outro órgão governamental, da prática de atos com o intuito de fraudar a legislação fiscal ou outras situações similares, visando ao não recolhimento integral ou o recolhimento a menor de tributos ou contribuições de qualquer natureza.

Parágrafo único. A administração poderá, a seu critério, conceder prazo para regularização das situações apontadas, podendo ainda suspender previamente os benefícios concedidos até a sua regularização, sob pena de implemento definitivo da revogação.

CAPÍTULO V

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PEDIDO DE BENEFÍCIOS

Seção I

Do Procedimento de Requerimento de Benefícios da ÁREA Q

Art. 12. O procedimento de solicitação dos incentivos previstos nesta lei terá seu início com o protocolo do pedido junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

Art. 13. O requerimento de solicitação de incentivos por meio do programa ÁREA Q deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Protocolo de Intenções e Compromisso, contendo o projeto detalhado do empreendimento, sendo indispensável constar:



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- a) o objetivo do empreendimento;
- b) justificativa que mostre os efeitos que devem resultar para a economia e desenvolvimento local;
- c) memorial contendo os seguintes elementos: valor inicial do investimento; área de terreno necessária à sua instalação; área de construção necessária à operacionalização; efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- d) projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação de danos que vierem a ser causados ao ambiente em face do empreendimento, podendo ser dispensável, caso não haja o efetivo impacto ambiental;
- e) estimativa de custos, incluídos salários e encargos, horas máquina e demais encargos;
- f) a previsão do volume de recursos, próprios, de financiamentos e de incentivos a serem aplicados;
- g) cronograma demonstrando as etapas a serem cumpridas com os resultados decorrentes pretendidos;
- h) os prazos para o cumprimento das etapas;
- i) tratando-se de obra, a apresentação de seu cronograma físico-financeiro;
- j) o cronograma de instalação e operação dos equipamentos, prevendo o início da operação comercial;
- k) a previsão de quantitativo de empregos gerados, diretos e indiretos;
- l) a previsão de geração de receitas de tributos a serem arrecadados;
- m) outras especificações necessárias;

II. Cópia do ato constitutivo original e aditivos;

III. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ;

IV. Cópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do último exercício e balancete do exercício em curso;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- V. Comprovação do número de empregados, por meio de cópia da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) da empresa, quando aplicável;
- VI. Cópia da declaração do Imposto de Renda do último exercício social, quando aplicável;
- VII. Cópia dos alvarás das licenças de instalação e funcionamento, sanitário e ambiental, emitidos pelos órgãos competentes, quando aplicável;
- VIII. Certidão de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial foro da sede da empresa;
- IX. Comprovação da regularidade fiscal e social com as fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- X. Declaração de disponibilidade financeira para aplicação de sua parcela no investimento proposto.

Parágrafo primeiro. Em se tratando-se de instalação de empresas em constituição, serão dispensáveis os documentos constantes dos incisos IV, VII, VIII deste artigo.

Parágrafo segundo. Na hipótese de a requerente tratar-se de filial de empresa estabelecida em outro município ou de empresa já instalada, os documentos a serem apresentados serão relativos à matriz.

Parágrafo terceiro. A administração pública municipal poderá solicitar informações ou documentos complementares que julgar indispensáveis para avaliação do empreendimento.

Art. 14. O pedido de benefício por empreendedor rural poderá ter suas exigências atenuadas, observado o porte do empreendimento e a sua capacidade ou possibilidade de fornecimento das informações e documentos descritos no artigo anterior, em contrapartida ao seu potencial benefício social, empregatício, de sustentabilidade ambiental e de geração de renda.

Seção II

Da Análise do Pedido de Benefício

Art. 15. O pedido de benefício para enquadramento na ÁREA Q deverá ser protocolado junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que avaliará:

- I. O equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento;
- II. A função social pela geração de empregos, considerando os números absolutos e sua relação com a dimensão do incentivo recebido com o volume de investimento previsto;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- III. A relação entre a área construída e a área total do terreno;
- IV. A previsão de faturamento mensal;
- V. A espécie de produto ou serviço final gerado, bem como o grau de tecnologia empregado no processo produtivo;
- VI. O alcance social do empreendimento;
- VII. O efeito multiplicador da atividade;
- VIII. A monta de aquisição de bens e serviços, contratação de mão de obra e emplacamento de veículos no Município;
- IX. A base tecnológica do empreendimento;
- X. O atendimento à preferência à contratação da mão-de-obra do Município de Quixeramobim empregando, direta ou indiretamente, pelo menos, 70% (setenta por cento) da mão-de-obra local residente no Município, desde o início das atividades;
- XI. O atendimento aos critérios estipulados nessa Lei.

Parágrafo primeiro. Admitir-se-á a contratação em percentual inferior ao previsto no Inciso X se demonstrado mediante declaração de órgãos responsáveis de que, quando da contratação, não existia disponibilidade de mão-de-obra local e de que foram efetivadas medidas de convocação em meios locais de divulgação de chamada ao preenchimento de vagas.

Parágrafo segundo. A Secretaria do Desenvolvimento Econômico poderá determinar a correção de dados, imprecisões, retificações ou acertos do projeto junto à empresa, até o integral cumprimento das condicionantes, sob pena de arquivamento do pedido.

Art. 16. Após análise prévia de viabilidade de concessão dos benefícios pretendidos pela pleiteante, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico deverá oficiar os seguintes órgãos da administração municipal, para que certifiquem:

- I. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, para que avalie e certifique se o projeto apresentado está em consonância ao Plano Diretor, Código de Obras e Posturas, Zoneamento e Ordenação Urbana, Uso do Solo e demais verificações na seara de sua competência legal.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

II. A Autarquia de Meio Ambiente de Quixeramobim, para que avalie e certifique o impacto causado ao meio ambiente em decorrência de implantação do projeto pretendido, as possibilidades de tratamento de resíduos gerados pelo projeto, bem como se as medidas aludidas no requerimento cumprem os objetivos de desenvolvimento sustentável municipal;

III. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Quixeramobim, para que avalie e certifique a possibilidade de atendimento do fornecimento de água captação de esgoto;

IV. A Secretaria Municipal de Administração, para que avalie:

- a) a previsão de arrecadação de tributos municipais;
- b) o valor adicionado fiscal;
- c) O impacto na arrecadação do Município;
- d) A previsão de valor da desoneração, em caso de concessão de benefícios fiscais

V. A Procuradoria-Geral do Município, para que avalie a possibilidade legal de concessão dos benefícios fiscais pleiteados.

Parágrafo único. A participação de outros órgãos da administração municipal poderá ser requisitada, a depender da espécie de empreendimento que se pleiteia instalação.

Art. 17. Após avaliação dos órgãos responsáveis, se deliberará e decidirá sobre as demandas de incentivos fiscais, priorizando o impacto das atividades do requerente no desenvolvimento econômico e social e no incremento da arrecadação tributária do Município, sendo produzido Relatório Final subscrito pelos gestores dos órgãos envolvidos, que será apresentado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deverá aprovar ou não o empreendimento e a concessão dos benefícios, mediante Decreto concessivo.

Art. 18. A formalização dos benefícios, tratando-se de isenções ou reduções da base de cálculo de tributos municipais citados nessa Lei se dará através de em Contrato de Concessão de Regime Especial de Tributação e, se tratando de benefício de ordem econômico através de um Contrato de Concessão de Incentivo Econômico, havendo combinação de incentivo tributário e econômico, será intitulado Contrato de Concessão de Benefícios Tributários e Econômicos, subscrito pelo Prefeito Municipal.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. No contrato firmado, independente de sua modalidade, deverão constar as cláusulas de concessão, as condicionantes, obrigações, metas, prazos e hipóteses de revogação previstas nessa Lei.

Seção III

Dos Prazos e Requisitos de Manutenção dos Benefícios

Art. 19. Os incentivos previstos no art. 5º desta lei terão seus limites a duração determinada no decreto concessivo observando os seguintes limites o prazo máximo previsto nesta lei:

- I. por até 02 (dois) anos, se contar com mais de 10 (dez) e até 19 (dezenove) empregados;
- II. por até 03 (três) anos, se contar com mais de 20 (vinte) e até 39 (trinta e nove) empregados;
- III. por até 05 (cinco) anos, se contar com mais de 40 (quarenta) e até 69 (sessenta e nove) empregados;
- IV. por até 06 (seis) anos, se contar com mais de 70 (setenta) e até 99 (noventa e nove) empregados;
- V. por até 07 (sete) anos, se contar com mais de 100 (cem) até 1000 (um mil) empregados.

Parágrafo primeiro. As condições impostas nos incisos I a V poderão ser mitigadas por justificado motivo, analisado pela administração municipal, observados os demais prazos de duração de incentivos desta Lei.

Parágrafo segundo. Os prazos legais de concessão dos benefícios poderão ser prorrogados por ato do Executivo, mediante requerimento e cumpridos os demais requisitos estabelecidos nesta Lei, ressalvados os determinados no inciso III do art. 5º.

Art. 20. Os incentivos constantes no art. 6º serão concedidos mediante a observância dos seguintes requisitos e obrigações:

I. No caso de doação ou venda subsidiada de área sem benfeitorias a empresa terá as seguintes obrigações:

- a) prazo máximo de 06 (seis) meses da data da aprovação da Lei para apresentação do projeto de construção devidamente aprovado pelo Município;
- b) prazo máximo de 2 (dois) anos da data da aprovação para dar início à construção;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

- c) prazo máximo de 04 (quatro) anos da data da aprovação para iniciar suas atividades no local;
- d) prazo máximo de 02 (dois) meses para apresentar cópia da certidão do registro da escritura junto ao Cartório;
- e) comunicação formal à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do início das atividades;
- f) permanência contínua e manutenção ininterrupta das atividades no Município por 10 (dez) anos contados da data do início das atividades.

II. No caso de doação ou venda subsidiada de área com benfeitorias, a empresa terá as seguintes obrigações:

- a) prazo máximo de 06 (seis) meses da data da aprovação para iniciar suas atividades no local;
- b) prazo máximo de 02 (dois) meses para apresentar cópia da certidão do registro da escritura junto ao Cartório;
- c) comunicação formal à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do início das atividades;
- d) permanência contínua e manutenção ininterrupta das atividades no Município por 10 (dez) anos contados da data do início das atividades.

III. No caso de o Município assumir a locação de imóvel, os incentivos ficam condicionados:

- a) a um prazo máximo de concessão de 02 (dois) anos, sendo permitido à empresa, ao fim do contrato, requerer novo incentivo;
- b) à comunicação, pela empresa, à administração municipal da necessidade de locação de outro imóvel em substituição ao anteriormente locado, bem como à apresentação do novo contrato de locação;
- c) permanecer em atividade no Município pelo dobro do período de concessão do incentivo.

IV. Na venda subsidiada, de área com ou sem benfeitorias, fica estabelecido como pagamento por parte da empresa, o mínimo de 30% (trinta por cento) do valor da avaliação do imóvel, sendo o restante do valor considerado como incentivo industrial.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

V. No caso de o Município conceder auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura da sede da empresa, a liberação do incentivo ficará condicionada à apresentação e atendimento dos seguintes requisitos:

- a) Relatório sobre a situação do local antes da concessão do incentivo, precedido de vistoria;
- b) Prestação de contas pela empresa, com documentos hábeis, dos materiais adquiridos e serviços contratados no prazo estipulado em Contrato Administrativo, parte integrante da Lei Específica, sob pena de devolução da integralidade do recurso recebido;
- c) Relatório sobre a situação do local após a concessão do incentivo, precedido de vistoria, sob pena de devolução da integralidade do recurso recebido em caso de a empresa não realizar o projeto apresentado na Carta de Intenções.

Parágrafo primeiro. No caso de locação de imóveis, a realização da troca de imóvel pela empresa, sem a devida comunicação à administração municipal, acarretará no cancelamento do incentivo, bem como na notificação para devolução das parcelas anteriormente recebidas.

Parágrafo segundo. Em caso de doação de imóvel, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador, mediante anuência pelo Poder Executivo.

Parágrafo terceiro. No caso do parágrafo anterior, em caso de constituição de hipoteca em 2º grau em favor do Município, em que o valor do imóvel e seus acessórios não forem suficientes para garantir as hipotecas, poderá o Município aceitar imóveis de propriedade dos diretores da empresa ou de terceiros para garantia da diferença.

Parágrafo quarto. Quando da doação de imóvel, o não cumprimento das obrigações ensejará anulabilidade da doação com a consequente reversão do imóvel ao patrimônio público municipal.

Parágrafo quinto. A efetivação da doação autorizada por essa lei fica condicionada a assinatura do respectivo Contrato de Doação de Imóvel.

Parágrafo sexto. A donatária deverá providenciar a averbação do Contrato de Doação de Imóvel na matrícula do imóvel ora doado, no prazo estabelecido.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo sétimo. Em caso de reversão, nas hipóteses do § 4º desta lei, o Município deverá assegurar a donatária no Processo Administrativo de Reversão o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5º LIV e LV da Constituição Federal.

Parágrafo oitavo. A decisão final do Processo Administrativo de Reversão, transitada em julgado no âmbito da administração pública municipal, será levado a registro no respectivo cartório de imóveis, para fins de efetivação da reintegração do imóvel ao patrimônio público por não cumprimento das cláusulas legais de doação pelo donatário;

Parágrafo novo. Findo o prazo carencial desta Lei, o Chefe do Poder Executivo, após parecer fundamentado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, atestando o cumprimento das obrigações assumidas pelo donatário, emitirá termo de autorização de alienação.

Parágrafo dez. Nos termos da Lei Orgânica do Município a doação será precedida de autorização legislativa, de decreto e do Contrato de Doação de Imóvel.

Seção IV

Das Obrigações dos Beneficiários de Incentivos

Art. 21. São deveres do beneficiário de incentivos fiscais previstos nesta lei:

- I. Facilitar o acesso às dependências dos estabelecimentos, objeto do benefício, de servidores do Município devidamente credenciados pela Administração Municipal, para o fim de fiscalizar o cumprimento das obrigações para com o Município;
- II. Prestar e orientar eventuais responsáveis por livros, papéis e documentos para que prestem aos agentes municipais, as informações que lhes forem solicitadas, assim como, a entrega de documentos originais ou cópia deles, mediante recibo, na forma que for solicitada ou requisitada.

Art. 22. É dever de terceiras pessoas que tenham vínculo direto ou indireto com a empresa beneficiária, tais como procuradores e contadores, prestar as informações necessárias e entregar ou fornecer cópias dos documentos solicitados por agentes municipais, na forma que for solicitada ou requisitada.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Seção V

Das Penalidades

Art. 23. No caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa que recebeu benefício fiscal previsto na presente lei, caberá a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades:

- I. Advertência escrita, concedendo-se prazo para a regularização da irregularidade;
- II. Multa pecuniária;
- III. Suspensão do benefício;
- IV. Cancelamento do benefício;
- V. Devolução dos valores recebidos de forma direta ou indireta, atualizados monetariamente pelo índice praticado pelo Município para atualização de seus créditos tributários e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês;
- VI. Pagamento de todos os tributos objeto do benefício cancelado, atualizados monetariamente pelo índice praticado pelo Município para atualização de seus créditos tributários e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês

Art. 23. A pena de advertência será dada por escrito, nos casos de irregularidade sanável, mediante notificação do beneficiário, assinando-se prazo para regularização.

Art. 24. A pena de multa pecuniária será aplicada quando a infração causar prejuízo ao patrimônio municipal, e será correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do tributo que deixou de ser recolhido, sem prejuízo da exigência do pagamento integral do tributo devidamente corrigido.

Parágrafo único. A aplicação da pena de multa não afasta a obrigação de indenização do prejuízo causado.

Art. 25. A pena de suspensão do benefício será aplicada nos seguintes casos, e perdurará enquanto não sanada a irregularidade:

- I. Se o beneficiário deixar de cumprir condição para a concessão do benefício, permanecendo a suspensão enquanto não sanada a irregularidade;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

II. Se o beneficiário, ou terceira pessoa a ele vinculada, causar embaraço à ação fiscalizadora do Município, mediante impedimento ou causando dificuldade para a entrada de agentes municipais, para a realização de atividades de fiscalização e vistoria;

III. Se o beneficiário, ou terceira pessoa a ele vinculada, causar embaraço à ação fiscalizadora do Município, em face da não apresentação de livros, documentos e papéis solicitados ou requisitados pelos mesmos.

Art. 26. Será punível com a perda do benefício o beneficiário que, a qualquer tempo antes de decorrido o termo final do prazo de concessão do benefício, reincidir em:

- I. Inobservância do cronograma de obras sem justo motivo;
- II. Paralisar, por mais de 180 (cento e oitenta) dias ininterruptos as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;
- III. Reduzir a oferta de empregos em 20% (vinte por cento) dos empregos gerados ou programados, quando da apresentação do pleito inicial, sem motivo justificado;
- IV. Violar, fraudulentamente, as obrigações tributárias, sejam federais, estaduais ou municipais;
- V. Deixar de atender as solicitações do fisco Municipal previstas em lei ou regulamento;
- VI. Deixar de cumprir as obrigações tributárias municipais, principais ou acessórias, seja como prestador ou tomador de serviços;
- VII. Cometer infração relativa a sonegação de tributos municipais, estaduais ou federais, no caso de mantida a decisão após impugnação administrativa, salvo se houver decisão judicial em contrário;
- VIII. Alterar o projeto original sem aprovação do Município.

Parágrafo único. No caso de perda do benefício, serão restabelecidos os valores tributários com lançamento de ofício e cobrança dos acréscimos legais cabíveis.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VI

DA FIXAÇÃO E AVALIAÇÃO DE METAS

Art. 27. Os incentivos concedidos por esta Lei deverão levar em consideração a função social e econômica da empresa, mediante estabelecimento de metas a serem cumpridas, bem como as condições para concessão já expostas no Capítulo V da presente Lei.

Art. 28. No que se refere à função social, serão consideradas metas:

- I. A geração de empregos e renda;
- II. A realização de outras ações e/ou obras que acarretem benefícios sociais à comunidade;
- III. A Manutenção de equipamentos públicos, como praças, areninhas, quadras e demais logradouros públicos.

Art. 29. No que se refere à função econômica, serão consideradas metas:

- I. O seu potencial de faturamento;
- II. O valor adicionado fiscal potencialmente produzido;
- III. A capacidade contributiva tributária da empresa.

Art. 30. As metas serão propostas através de Comprometimento de Metas dentre as especificadas nesta Lei, podendo elas serem reformuladas de acordo com o incentivo aprovado, mediante anuência da empresa beneficiada.

Art. 31. O não cumprimento das metas obrigará a empresa na devolução proporcional do incentivo recebido do Município, mediante notificação desta, com a inscrição em dívida ativa em caso de inadimplência.

Art. 32. A avaliação do cumprimento das dos incentivos será realizada anualmente para empresas que receberem incentivos em período superior a 01 (um) ano, e ao fim do prazo da concessão para aqueles que receberem por período inferior.

Parágrafo único. Quando o prazo for superior a 01 (um) ano, a continuidade do incentivo ficará vinculada ao cumprimento das metas.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 33. A avaliação do cumprimento de metas caberá ao Comitê de Avaliação Econômica formado pelos subscritores do Relatório Final que supedaneou o ato concessivo do benefício, que promoverá a realização de Relatório Anual de Acompanhamento de Metas, informando ao Prefeito Municipal do acompanhamento do Contrato de Concessão de Benefícios subscrito.

Art. 34. A avaliação dos incentivos terá início:

- I. Para o caso de doação ou venda subsidiada de área com ou sem benfeitorias, a partir do mês de início das atividades, devidamente comunicado ao Município;
- II. Para o caso de locação de imóveis ou ressarcimento de aluguéis de imóveis, a partir do mês de competência do primeiro aluguel recebido;
- III. Para o caso de incentivos fiscais e auxílio financeiro para construção, ampliação e melhorias na infraestrutura da sede da empresa, a partir da data estipulada no Contrato Administrativo parte integrante da Lei Específica.

Art. 35. A avaliação das metas será realizada mediante análise da prestação de contas a serem apresentadas anualmente pela beneficiária.

Parágrafo único. A empresa que não cumprir as metas ou não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido poderá perder os benefícios ou a devolução do incentivo recebido, conforme deliberação do Comitê de Avaliação Econômica.

Art. 36. As empresas que receberem benefícios fiscais objeto da presente Lei deverão manter-se em situação regular desde a aprovação do projeto até a finalização do prazo dos benefícios auferidos, devendo manterem-se regulares quanto ao recolhimento, na forma da legislação vigente, dos encargos previdenciários e trabalhistas e dos tributos municipais, estaduais e federais, referentes à sua atividade no Município, mesmo que a empresa tenha sede em outro Município.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A alteração de valor, bem como as condições do incentivo antes do término do prazo de vigência do contrato, deverá ser aprovada pelo Comitê de Avaliação Econômica e submetido ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá a decisão final.

Art. 38. Os incentivos concedidos até a data da publicação desta Lei terão parecer da Secretaria de Desenvolvimento Econômico quanto à avaliação das metas propostas, o qual se manifestará quanto ao ressarcimento dos recursos recebidos nos casos de não atingimento das metas, para posterior encaminhamento ao Executivo para apreciação.

Art. 39. Os incentivos concedidos por força de legislação anterior continuam sendo regulados pelos respectivos Termos de Compromisso e Contratos até o término de sua vigência.

Art. 40. As empresas beneficiadas com incentivos devem afixar, na frente de seus imóveis ou local de fácil visualização, placas indicativas do incentivo recebido, durante o benefício, cujo modelo será definido por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. As empresas que já estejam beneficiadas com incentivos fiscais decorrentes de Leis Municipais continuará em vigor até o final da data do incentivo, conforme decreto.

Art. 42. A empresa beneficiária desta Lei, quando da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) resultar em recolhimento no período apurado, fica obrigada, sob pena de revogação do incentivo concedido através do programa, a aplicar, em projetos validados e cadastrados na Receita Federal do Brasil, no território do Município de Quixeramobim, os percentuais discriminados nos itens abaixo, respeitados os limites previstos na legislação federal para a cumulação das deduções possíveis:

- I. 4% (quatro por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), para projeto proposto por entidade, empresa ou pessoa física do Município de Quixeramobim, e aprovado pela Secretaria da Cultura do Ministério da Cidadania;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

II. 2% (dois por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e valores diferidos para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para projeto, de entidade do Município de Quixeramobim aprovada pela Secretaria Especial de Esporte, do Ministério da Cidadania;

III. 1% (um por cento) do IRPJ ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Quixeramobim, na forma da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das outras providências, para projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Quixeramobim;

IV. 1% (um por cento) do IRPJ ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, na forma da Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Quixeramobim;

V. 1% (um por cento) do IRPJ na forma da Lei Federal nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), para projeto de entidade do Município de Quixeramobim aprovado pelo Ministério da Saúde;

VI. 1% (um por cento) do IRPJ, na forma da Lei Federal nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) para projetos de entidade do Município de Quixeramobim aprovada pelo Ministério da Saúde.

Art. 43. Ficam mantidos, nos prazos estabelecidos, os incentivos concedidos até a data da em vigor dessa lei.

Art. 44. O processo de renovação dos incentivos fiscais ficará submetido ao novo regime jurídico, sendo possível inclusive o estabelecimento de metas.

Art. 45. O termo de autorização de alienação decorrente de incentivo econômico de doação realizado no regime jurídico anterior a essa lei, só será emitido após parecer fundamentado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, atestando o cumprimento da respectiva lei de doação, e aprovado pelo Comitê de Avaliação Econômica.



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 46. As metas definidas e aprovadas por ocasião da concessão dos benefícios previstos nesta lei poderão ser redefinidas ou ter o seu atendimento relativizado na hipótese de estado de calamidade ou de crise econômica nacional com decréscimo nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Art. 47. Em face da imprescritibilidade da reversão de doação de bem público, no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, o Município, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, deverá promover a revisão de todas as doações realizadas antes da publicação desta lei e emitir parecer atestando o cumprimento ou não da função social que fundamentou a doação do bem público ao particular donatário.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento da função social que fundamentou a doação do bem público ao particular donatário, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico deverá encaminhar ao parecer da Procuradoria-Geral do Município para fins de instauração do respectivo Processo Administrativo de reversão, a ser conduzido na forma legal.

Art. 48. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 2.168, de 08 de dezembro de 2006.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, aos 27 dias do mês de maio de 2025.

Assinado de forma
digital por CIRILO
ANTONIO PIMENTA
LIMA:05950546334

CIRILO ANTÔNIO PIMENTA

Prefeito Municipal de Quixeramobim

Sanctionado e Transformado em Lei, Sob o No.

Comp 122 de 30/07/2025

Cirilo Antonio Pimenta Lima
Prefeito Municipal